

Introdução

A questão ambiental tem sido representada no discurso dominante como questão universal, afetando todo o mundo (e ninguém diretamente). Mas a realidade é mais complexa: o ambiente apresenta-se de facto como campo de disputas e conflitos pela profunda desigualdade na forma como os problemas ambientais, da escala local à global, afetam diferentes grupos humanos e áreas geográficas, bem como as outras formas de vida. É a partir desta constatação que surge o conceito de “desigualdades ambientais”, que evidencia a distribuição desigual dos custos e benefícios do desenvolvimento económico, contribuindo para agravar o desfavorecimento dos grupos sociais mais vulneráveis. As desigualdades ambientais podem resultar da extração e utilização de recursos naturais, de mudanças climáticas, dos desastres naturais e dos riscos associados às novas tecnologias e à atividade industrial. A distribuição desigual do poder entre os diferentes atores, a sociedade civil, o Estado e o mercado contribuem para agravar estas desigualdades, propiciando uma capacidade diferenciada na apropriação de recursos naturais e na produção de impactos negativos para o ambiente e a saúde, o bem-estar e a capacidade de subsistência das comunidades afetadas.

A maior parte dos chamados novos movimentos sociais, assim como um número crescente de especialistas, exprimem uma visão da crise ambiental enquanto derivada de uma crise social de dimensão planetária. O ambientalismo, portanto, não é só o da urgência dos problemas e das suas soluções técnicas. Existe hoje um “ambientalismo popular” que atua através de movimentos pela justiça ambiental tanto no Norte como no Sul, concretizando-se a perceção de ligações orgânicas entre as desigualdades sociais e ambientais.

Este número da *e-cadernos CES* tem origem nas discussões e no aprofundamento temático desenvolvido nos últimos três anos pela Oficina de Ecologia

e Sociedade¹ do CES, e reúne variados contributos para a ampliação do debate sobre o tema das desigualdades ambientais.

Os três primeiros artigos aqui reunidos (Carneiro *et al.*; Henriques e Porto; Wanderley) e dois dos textos apresentados na secção @cetera (Acseirad *et al.*; Braga e Rigotto) trazem excelentes exemplos de investigação científica sobre o tema da desigualdade ambiental no Brasil. Esta questão tem sido abordada no contexto brasileiro por numerosos grupos de investigação e universidades nos últimos 15 anos (como se pode identificar no texto “Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?”, de autoria do Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental, formado por 16 investigadores(as) brasileiros(as) que representam 15 instituições de ensino e investigação, para além da Rede Brasileira de Justiça Ambiental). Os artigos mencionados analisam as várias questões em jogo na produção e reprodução das desigualdades ambientais: raça e etnia, classe social, segregação e diferenciação espacial, género, idade/geração, globalização económica, acesso à justiça/ a processos de decisão pública. Adotam abordagens da justiça ambiental e da ecologia política na análise dos conflitos sociais, dos seus discursos e das formas de mobilização social e política (incluindo situações de repressão e resistência) gerados pelas desigualdades ambientais.

Carneiro *et al.* analisam os impactos da produção e utilização de agrotóxicos para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a população do campo e o meio ambiente. Apresentam dois casos de estudo sobre o agronegócio para exportação, nos estados do Mato Grosso e Ceará, recorrendo a dados empíricos quantitativos e qualitativos e realizando uma análise muito pormenorizada dos problemas e conflitos. Os autores relacionam as desigualdades ambientais presentes com a intensificação das desigualdades sociais nas duas áreas de estudo, tais como a concentração e expansão da fronteira agrícola, a precarização do trabalho e a desestruturação de modos de vida tradicionais.

Henriques e Porto abordam a forma como os processos de produção e exportação de alumínio no Brasil originam degradação ambiental e conflitos com as comunidades nos diferentes territórios. O paradigma económico privilegia as nações centrais e reforça desigualdades entre estas e o Brasil e também dentro do próprio país, tornando as populações mais vulneráveis. Este modelo é pautado apenas pelo

¹ A Oficina de Ecologia e Sociedade é um grupo de trabalho do CES que reúne estudantes de doutoramento e investigadores(as) com o duplo objetivo de aprofundar a análise das conexões entre o social e o ecológico, e contribuir para o *capacity building* da sociedade local face à crise ecológica. As atividades principais consistem em grupos de leitura crítica, seminários e ciclos de cinema com debate. Mais informações em <http://www.ces.uc.pt/ecosoc>.

subsídio de políticas sociais como forma de retirar populações da pobreza, sem levar em conta os conflitos, as resistências e as alternativas em curso nos territórios. O artigo sugere mudanças na estrutura dos processos decisórios para que estes fatores passem a ser considerados.

Wanderley analisa três casos de conflitos ambientais na mineração da região do Baixo Amazonas, ocorridos entre os anos 1970 e o princípio do século XXI, no estado do Pará. Procura identificar a emergência ou o fortalecimento de movimentos sociais nas áreas sobre influência das grandes corporações de mineração e as suas principais lutas. Conclui que os movimentos não tiveram um caráter específico antimineração, sendo o seu foco a luta por direitos sociais e territoriais.

Os demais artigos são predominantemente teóricos e comparativos, recorrendo a uma revisão da literatura internacional sobre a justiça ambiental (e conceitos adjacentes), que se constituiu uma abordagem teórica e empírica central para a análise das desigualdades ambientais. Silva aborda a relevância da utilização do conceito de racismo ambiental na realidade brasileira, apresentando a história da utilização dos conceitos de justiça e racismo ambiental nos Estados Unidos e no Brasil. Aborda também um caso, no estado da Bahia, que mostra como a indústria de papel gera impactos sobre os povos indígenas e pequenos produtores rurais. Berger apresenta as redes de ação socioecológica no contexto da América Latina, com enfoque sobre os casos da Argentina, do Brasil e do México. A partir de uma perspectiva de investigador/ativista, o autor propõe uma metodologia de diálogo da “Teoria da Multidão” e o conceito de Instituições do Comum (Hardt e Negri), com os dados recolhidos em campo decorrentes da sua participação nas três redes latino-americanas de luta pela justiça ambiental. Beretta reúne uma revisão da literatura de língua inglesa sobre justiça ambiental, com a finalidade de analisar como surgiram os vários aspetos do conceito, a partir dos anos 1980. A autora discute as origens da definição, analisa o seu uso na literatura especializada e a forma como a sua aplicação é diferente nos Estados Unidos, onde foi criada, e em outros contextos, especialmente o europeu. Na parte final, concentra-se sobre a questão da justiça distributiva.

Na secção @cetera são apresentados textos que contribuem para o debate e a investigação/ação sobre as desigualdades ambientais, e a revisão de um livro sobre a Amazônia, recentemente publicado pela geógrafa estadunidense Gabrielle Hecht.

Abre a secção um artigo coletivo, apresentado por um grupo de investigadores(as) brasileiros(as) que se formou para discutir criticamente e contrapor as argumentações oficiais da Conferência Rio+20. O texto relata os vários aspetos da produção e do agravamento das desigualdades ambientais no Brasil, alguns ainda pouco discutidos

na literatura. É o caso do esvaziamento da dimensão política no tratamento das questões ambientais, que pode ocorrer através: 1) da desinformação sistemática sobre os projetos de desenvolvimento; 2) do tratamento individualizado de cada caso, dificultando o entendimento da lógica de conjunto que pode dar continuidade ao modelo de desenvolvimento; e 3) do aumento dos casos de criminalização contra quem manifeste discordância sobre os processos e/ou faça a divulgação de informação relevante para o público em geral. Para além da desigualdade ambiental, a “acumulação por espoliação” (ou seja “processos que transformam bens não-mercantis em mercadoria”, segundo a definição de David Harvey) é também abordada, e a relação destes dois processos aprofundada. Os(as) autores(as) relacionam ambos os processos com a realidade económica e política do país e a situação mundial nas diferentes fases da história, realçando a articulação existente entre o grande capital e o Estado. São discutidos casos específicos de produção das desigualdades ambientais em diferentes áreas, como por exemplo no âmbito da política energética (hidroelétricas, energia nuclear), das novas regulamentações da mineração e da floresta, da forma de definição da propriedade da água, da alteração dos direitos coletivos e das comunidades tradicionais, do crescimento do agronegócio. Por fim, o texto aborda algumas conquistas dos movimentos sociais no sentido da diminuição das desigualdades e da acumulação, como a aprovação da Lei do Babaçu Livre em 13 municípios e as leis de acesso livre à biodiversidade, no Paraná, que permite a prática da medicina popular.

Segue um texto que dá conta de um estudo realizado pela Universidade Federal do Ceará, por solicitação da Associação Missionária Indigenista Tremembé sobre o trabalho indígena em empresa de monocultivo do coco (Braga e Rigotto). Foram analisados: o modo de vida tradicional, o processo de trabalho no monocultivo do coco, os riscos gerados para a saúde e para os significados do monocultivo do coco para os indígenas Tremembé através de um leque de metodologias (tais como observação direta, grupo focal e registo fotográfico). As principais conclusões do estudo referem-se às implicações da atividade económica no modo de vida e produção deste grupo étnico, nomeadamente a redução da extensão territorial disponível para práticas integradas de produção e reprodução da comunidade, o prejuízo à subsistência das famílias decorrente da redução da biodiversidade, o comprometimento do livre-trânsito e do acesso dos Tremembé ao território e a ameaça à sua soberania alimentar.

A secção @cetera traz também outra contribuição importante ao debate, uma discussão do projecto “Yasuni ITT” do Equador, recentemente foco da atenção pública internacional em virtude da decisão governamental de revogar a proposta de não-

extração do petróleo, avançada pelo ex-ministro do ambiente Alberto Acosta, em conjunto com a associação Acción Ecológica e com o apoio de várias organizações de justiça climática a nível internacional. O texto surge de um *policy brief* produzido no âmbito de um projeto de investigação financiado pela União Europeia (EJOLT - Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade, liderado por Joan Martinez Alier), com comentários de dois autores/ativistas portugueses, especialistas em políticas energéticas (Coelho e Fonseca). A pertinência da questão “Yasuni ITT” na discussão das desigualdades ambientais é demonstrada pelo impacto desigual dos danos e custos ambientais da economia fóssil, que recaem desproporcionadamente sobre os países extratores (o Equador neste caso) e nomeadamente sobre as populações e as espécies não-humanas que habitam a área de extração.

É nosso desejo que o conjunto de artigos deste número constitua um importante elemento para reflexões e ações sobre as questões ambientais, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais. Reconhecer as diferentes formas em que os problemas ambientais afetam as pessoas e a sua indissociabilidade do social é de fundamental importância para evitar o desenvolvimento de análises e propostas de políticas públicas portadoras de novas formas de exclusão social e desigualdade.

Lúcia Fernandes

Stefania Barca